

**1º SIMULADO**

# **RECEITA FEDERAL**

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**



**Estratégia**  
CONCURSOS



# Simulado Especial

## 1º Simulado Receita Federal

### Parte II – Conhecimentos Específicos

Nome: \_\_\_\_\_

#### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 – Este simulado conta com questões focadas no concurso da Receita Federal;
- 2 – Esta prova contém **140 questões** que serão divididas em duas partes. Serão 70 questões de Conhecimentos Básicos na parte da manhã e 70 de Conhecimentos Específicos na parte da tarde.
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora FCC, com alternativas de múltipla escolha;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8h30 às 13h e das 14h00 às 19h30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – **A partir das 8h30, na segunda-feira, 08 de julho, os nossos professores iniciarão a Correção da Prova AO VIVO no canal do Estratégia Concursos no YouTube.** Eles resolverão todos os itens das questões. Aproveite para assisti-la AO VIVO e corrigir os erros.
- 8 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados durante a transmissão da correção da prova.

**PREENCHA SEU GABARITO NO LINK – <https://estr.news/Simulado-ReceitaFederal-07-07>**

71 – (A) (B) (C) (D) (E)  
72 – (A) (B) (C) (D) (E)  
73 – (A) (B) (C) (D) (E)  
74 – (A) (B) (C) (D) (E)  
75 – (A) (B) (C) (D) (E)  
76 – (A) (B) (C) (D) (E)  
77 – (A) (B) (C) (D) (E)  
78 – (A) (B) (C) (D) (E)  
79 – (A) (B) (C) (D) (E)  
80 – (A) (B) (C) (D) (E)  
81 – (A) (B) (C) (D) (E)  
82 – (A) (B) (C) (D) (E)  
83 – (A) (B) (C) (D) (E)  
84 – (A) (B) (C) (D) (E)  
85 – (A) (B) (C) (D) (E)  
86 – (A) (B) (C) (D) (E)  
87 – (A) (B) (C) (D) (E)  
88 – (A) (B) (C) (D) (E)  
89 – (A) (B) (C) (D) (E)  
90 – (A) (B) (C) (D) (E)  
91 – (A) (B) (C) (D) (E)  
92 – (A) (B) (C) (D) (E)  
93 – (A) (B) (C) (D) (E)  
94 – (A) (B) (C) (D) (E)

95 – (A) (B) (C) (D) (E)  
96 – (A) (B) (C) (D) (E)  
97 – (A) (B) (C) (D) (E)  
98 – (A) (B) (C) (D) (E)  
99 – (A) (B) (C) (D) (E)  
100 – (A) (B) (C) (D) (E)  
101 – (A) (B) (C) (D) (E)  
102 – (A) (B) (C) (D) (E)  
103 – (A) (B) (C) (D) (E)  
104 – (A) (B) (C) (D) (E)  
105 – (A) (B) (C) (D) (E)  
106 – (A) (B) (C) (D) (E)  
107 – (A) (B) (C) (D) (E)  
108 – (A) (B) (C) (D) (E)  
109 – (A) (B) (C) (D) (E)  
110 – (A) (B) (C) (D) (E)  
111 – (A) (B) (C) (D) (E)  
112 – (A) (B) (C) (D) (E)  
113 – (A) (B) (C) (D) (E)  
114 – (A) (B) (C) (D) (E)  
115 – (A) (B) (C) (D) (E)  
116 – (A) (B) (C) (D) (E)  
117 – (A) (B) (C) (D) (E)  
118 – (A) (B) (C) (D) (E)

119 – (A) (B) (C) (D) (E)  
120 – (A) (B) (C) (D) (E)  
121 – (A) (B) (C) (D) (E)  
122 – (A) (B) (C) (D) (E)  
123 – (A) (B) (C) (D) (E)  
124 – (A) (B) (C) (D) (E)  
125 – (A) (B) (C) (D) (E)  
126 – (A) (B) (C) (D) (E)  
127 – (A) (B) (C) (D) (E)  
128 – (A) (B) (C) (D) (E)  
129 – (A) (B) (C) (D) (E)  
130 – (A) (B) (C) (D) (E)  
131 – (A) (B) (C) (D) (E)  
132 – (A) (B) (C) (D) (E)  
133 – (A) (B) (C) (D) (E)  
134 – (A) (B) (C) (D) (E)  
135 – (A) (B) (C) (D) (E)  
136 – (A) (B) (C) (D) (E)  
137 – (A) (B) (C) (D) (E)  
138 – (A) (B) (C) (D) (E)  
139 – (A) (B) (C) (D) (E)  
140 – (A) (B) (C) (D) (E)

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****DIREITO TRIBUTÁRIO**

**71.** Em relação ao Simples Nacional, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, assinale a alternativa correta:

- a) Considera-se receita bruta o produto da venda de bens e serviços nas operações de conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia, não incluídas as vendas canceladas e os descontos condicionais concedidos.
- b) Não poderá se beneficiar do Simples Nacional, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica a cooperativa de consumo
- c) O Simples Nacional constitui tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, especialmente no que se refere à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, exceto obrigações acessórias.
- d) Nas licitações públicas, a comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de assinatura do contrato.
- e) O Simples Nacional será gerido também pelo Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, competindo a este regulamentar a opção, exclusão, tributação, fiscalização, arrecadação, cobrança, dívida ativa, recolhimento dos tributos incluídos no Simples Nacional.

**72.** A respeito dos temas “Garantias e Privilégios do Crédito Tributário” e “Administração Tributária”, e com base nas disposições do Código Tributário Nacional (Lei 5.172/1966), aponte a alternativa incorreta:

- a) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibí-los.
- b) Os livros obrigatórios de escrituração comercial e fiscal e os comprovantes dos lançamentos neles efetuados serão conservados por até cinco anos, contados da data das operações a que se referam.
- c) Durante o curso da ação de execução fiscal, existe hipótese em que o juiz pode decretar a indisponibilidade dos bens e direitos do sujeito passivo.
- d) O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho.

e) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

**73.** Relativamente ao Imposto de Renda, imposto de competência da União, assinale a alternativa correta:

- a) O imposto de renda tem como fato gerador a aquisição da disponibilidade econômica ou jurídica de renda, que se resume no produto do trabalho das pessoas, bem como na de proventos de qualquer natureza, assim considerados os demais acréscimos patrimoniais não compreendidos no conceito de renda.
- b) A incidência do imposto depende da denominação da receita ou do rendimento, da localização, condição jurídica ou nacionalidade da fonte, da origem e da forma de percepção.
- c) Na hipótese de receita ou de rendimento oriundos do exterior, somente a lei estabelecerá as condições e o momento em que se dará sua disponibilidade, para fins de incidência do imposto
- d) O decreto do Presidente da República pode atribuir à fonte pagadora da renda ou dos proventos tributáveis a condição de responsável pelo imposto cuja retenção e recolhimento lhe caibam.
- e) Contribuinte do imposto é o titular da disponibilidade de renda ou proventos de qualquer natureza, sendo vedado à lei atribuir essa condição ao possuidor, a qualquer título, dos bens produtores de renda ou dos proventos tributáveis.

**74.** Aponte a alternativa correta, em relação aos preceitos do Código Tributário Nacional, relativos à interpretação e integração da legislação tributária:

- a) O emprego da equidade, se devidamente fundamentado, poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido;
- b) A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;
- c) Interpreta-se extensivamente a legislação tributária que disponha sobre isenção;
- d) Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre remissão;
- e) Os princípios gerais de direito privado utilizam-se para pesquisa da definição, do conteúdo e do alcance de seus institutos, conceitos e formas, bem como para definição dos respectivos efeitos tributários.

**75.** Assinale a alternativa correta, em relação à extinção do crédito tributário.

- a) Extinguir o crédito tributário tem por consectário a satisfação da obrigação tributária principal.
- b) A dação em pagamento em bem móveis pode extinguir o crédito tributário.
- c) Ato do Poder Executivo pode autorizar a autoridade administrativa a conceder, por despacho fundamentado, remissão total ou parcial do crédito tributário.
- d) A conversão do depósito em renda em favor da Fazenda Pública extingue o crédito tributário.
- e) Em regra, para tributos lançados originariamente de ofício, o prazo decadencial é contado a partir da data do fato gerador da obrigação tributária.

**76.** Analise a situação hipotética a seguir, definindo a alternativa correta com base no que dispõe o Código Tributário Nacional e o Decreto-Lei 57/66, acerca dos impostos:

O Senhor Tributino é proprietário de um imóvel com amplo terreno, onde cultiva legumes e verduras para vender na feirinha orgânica do Município. Este imóvel fica localizado em uma região dotada de abastecimento de água e sistema de esgotos sanitários construídos e mantidos pelo Poder Público. Contudo, não possui rede de iluminação pública tampouco escola primária e posto de saúde próximos daquele local.

No caso apresentado, pode-se dizer que, em relação à propriedade do imóvel que possui, o Sr. Tributino deve pagar o seguinte imposto:

- a) IPTU, por haver exploração de atividade lucrativa no local.
- b) ITR, por se tratar de zona rural.
- c) ITR, por não haver rede de iluminação pública.
- d) IPTU, por ser área de expansão urbana, dotada de melhoramentos.
- e) ITR, porque há exploração de atividade agrícola.

**77.** Considerando a suspensão, extinção e exclusão do crédito tributário, bem como a jurisprudência pacífica do STJ, julgue as assertivas a seguir, assinalando (V) para verdadeiras e (F) para falsas, e ao final marque a alternativa que corresponda à sequência correta.

- ( ) O prazo decadencial para a constituição do crédito tributário tem início, em regra, no primeiro dia do exercício subsequente àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado. O fato de o sujeito passivo ser notificado do termo de início de ação fiscal não influencia a contagem do prazo decadencial.
- ( ) O prazo prescricional do crédito tributário pode ser interrompido por ato do sujeito passivo.
- ( ) A restituição de tributos que comportem, por sua natureza, transferência do respectivo encargo financeiro somente será feita a quem prove haver assumido o

referido encargo, ou, no caso de tê-lo transferido a terceiro, estar por este expressamente autorizado a recebê-la.

( ) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

- a) F, V, V, V
- b) V, F, F, V
- c) F, F, V, V
- d) V, V, F, F
- e) F, V, F, V

**78.** Aponte a alternativa correta a respeito da "prescrição tributária":

- a) O prazo prescricional é de 5 anos, podendo ser prorrogado por igual período.
- b) O termo início do prazo prescricional é notificação regular do lançamento ao sujeito passivo.
- c) A prescrição se interrompe na execução fiscal, desde que haja citação pessoal feita ao devedor.
- d) A prescrição constitui exclusão do crédito tributário.
- e) A prescrição se interrompe por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

**79.** Acerca das modalidades de lançamento, aponte a alternativa incorreta:

- a) Todo tributo pode vir a ser lançado de ofício.
- b) Na sistemática do lançamento por homologação, a lei atribui ao sujeito passivo o dever de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa.
- c) No lançamento por homologação, não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.
- d) No lançamento por declaração, a retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível mediante comprovação do erro em que se funde, ou, em qualquer caso, antes de notificado o lançamento.
- e) O lançamento é efetuado e revisto de ofício pela autoridade administrativa quando a declaração não seja prestada, por quem de direito, no prazo e na forma da legislação tributária.

**80.** O princípio da anterioridade anual veda que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios cobrem tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou. Alguns tributos, no entanto, constituem exceção ao mencionado princípio. Aponte abaixo o imposto que se sujeita ao referido princípio:

- a) Imposto de Importação;
  - b) Imposto de Exportação;
  - c) Imposto sobre Produtos Industrializados;
  - d) Impostos Extraordinários de Guerra;
  - e) Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços;
- 11.** Prejudicaria a correção gramatical do texto a substituição do segmento "estão muito melhores" (L.36) por está muito melhor.

**81.** Considere a seguinte situação hipotética: A empresa varejista IPAKE, localizada no Estado de Minas Gerais, é especializada em vendas pelas internet. No dia 15/04/2018, a empresa realiza venda de um computador para um estudante, localizado no Estado de Pernambuco.

Em conformidade com as recentes alterações promovidas nas normas constitucionais relativas ao ICMS, responda os itens que se seguem:

- a) Será aplicável a alíquota interestadual, cabendo ao Estado destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual.
- b) Será aplicável a alíquota interna do Estado de Minas Gerais, nada cabendo ao Estado destinatário.
- c) Será aplicável a alíquota interestadual, nada cabendo ao Estado destinatário.
- d) Será aplicável a alíquota interna do Estado destinatário.
- e) Será aplicável a alíquota interestadual, cabendo esta ao Estado destinatário, haja vista a prioridade do legislador constituinte em beneficiar o Estado onde ocorrer o consumo da mercadoria, isto é, onde estiver localizado o consumidor final.

**82.** Tomando como base as súmulas do Supremo Tribunal Federal e as súmulas do Superior Tribunal de Justiça, aponte a alternativa incorreta:

- a) O serviço de iluminação pública não pode ser remunerado mediante taxa.
- b) É constitucional a adoção, no cálculo do valor de taxa, de um ou mais elementos da base de cálculo própria de determinado imposto, desde que não haja integral identidade entre uma base e outra.
- c) A imunidade tributária conferida a instituições de assistência social sem fins lucrativos pelo art. 150, VI, c, da Constituição, somente alcança as entidades fechadas de previdência social privada se houver contribuição dos beneficiários.

d) É inconstitucional a taxa municipal de conservação de estradas de rodagem cuja base de cálculo seja idêntica à do Imposto Territorial Rural.

e) Na hipótese de sucessão empresarial, a responsabilidade da sucessora abrange não apenas os tributos devidos pela sucedida, mas também as multas moratórias ou punitivas referentes a fatos geradores ocorridos até a data da sucessão.

## DIREITO PREVIDENCIÁRIO

**83.** Quanto ao conceito, princípios e organização da Seguridade Social, conforme previsão na Constituição Federal, podemos afirmar que

- a) O princípio da irredutibilidade do valor dos benefícios significa que o valor da renda mensal dos benefícios da Seguridade Social deverá ser periodicamente reajustado para preservar seu valor real.
- b) a gestão administrativa deve ser bipartite, com participação do poder público e da sociedade.
- c) a seguridade social é um conjunto integrado de ações, de iniciativa somente do poder público, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, previdência social e à assistência social.
- d) a universalidade da cobertura e do atendimento não constituem objetivos da seguridade social, na medida em que o seguro social fornece proteção apenas para certas categorias de pessoas não amparando toda a coletividade.
- e) a equidade na forma de participação no custeio e a universalidade da cobertura e do atendimento são objetivos a serem alcançados pelo poder público na organização da seguridade social.

**84.** Nos termos da legislação previdenciária, NÃO é segurado obrigatório da Previdência Social,

- a) aquele que presta serviço de natureza urbana ou rural à empresa, em caráter não eventual, sob sua subordinação e mediante remuneração, inclusive como diretor empregado.
- b) o exercente de mandato eletivo federal, estadual ou municipal, desde que não vinculado a regime próprio de previdência social.
- c) aquele que presta serviço de natureza contínua a pessoa ou família, no âmbito residencial desta, em atividades sem fins lucrativos.
- d) o servidor público ocupante de cargo em comissão, que possua vínculo efetivo com a União.
- e) o brasileiro civil que trabalha no exterior para organismo oficial internacional do qual o Brasil é membro efetivo, ainda que lá domiciliado e contratado, salvo quando coberto por regime próprio de previdência social.

**85.** Acerca das fontes constitucionais de financiamento da Seguridade Social, é incorreto afirmar:

- a) A contribuição social da empresa, incidente sobre seu faturamento, é fonte de financiamento da Seguridade Social.
- b) A contribuição do equiparado a importador de bens ou serviços do exterior é uma fonte de financiamento da Seguridade Social.
- c) contribuição sobre aposentadoria e pensão concedidas pelo regime geral de previdência social é fonte de financiamento da Seguridade Social.
- d) A contribuição social da empresa, incidente sobre a folha de salários e demais rendimentos do trabalho pagos ou creditados, a qualquer título, à pessoa física que lhe preste serviço, mesmo sem vínculo empregatício, é fonte de financiamento da Seguridade Social.
- e) A contribuição social sobre a receita de concursos de prognósticos é fonte de financiamento da Seguridade Social.

### AUDITORIA

**86.** Documentação de auditoria é o registro dos procedimentos de auditoria executados, da evidência de auditoria relevante obtida e conclusões alcançadas pelo auditor (usualmente também é utilizada a expressão "papéis de trabalho"). Em relação aos papéis de trabalho de auditoria, assinale a alternativa correta.

- a) A elaboração tempestiva de documentação de auditoria suficiente e apropriada aprimora a qualidade da auditoria e facilita demonstrar ao cliente as conclusões obtidas antes da finalização do relatório do auditor.
- b) No tocante à segurança de informações, e considerando ainda as diversas tecnologias atuais em termos de metodologia de papéis de trabalho, a documentação de auditoria deverá ser necessariamente registrada em formatos eletrônicos.
- c) Explicações verbais do auditor, por si só, representam documentação adequada para o trabalho executado por ele ou para as conclusões obtidas, uma vez que podem ser usadas para explicar ou esclarecer informações contidas na documentação de auditoria, desde que faça parte de atas preparadas durante a explanação do profissional.
- d) O auditor precisa incluir na documentação de auditoria versões superadas de papéis de trabalho e demonstrações contábeis, mesmo que reflitam entendimento incompleto ou preliminar, cópias anteriores de documentos corrigidos em decorrência de erros tipográficos, de forma que haja a rastreabilidade do andamento dos trabalhos de campo.
- e) A forma, o conteúdo e a extensão da documentação de auditoria dependem de fatores como: tamanho e complexidade da entidade; natureza dos procedimentos

de auditoria a serem executados; riscos identificados de distorção relevante; importância da evidência de auditoria obtida; natureza e extensão das exceções identificadas; entre outros.

**87.** As evidências de auditoria possuem diferentes níveis de persuasão quanto à validação das informações. Nesse sentido, no que se refere à fonte, o documento que fornece maior segurança e confiabilidade é

- a) a planilha de recálculo efetuado pelo auditor.
- b) o relatório de observação física do auditor.
- c) o relatório de controle interno.
- d) a nota fiscal eletrônica de fornecedor.
- e) o extrato bancário fornecido pela empresa auditada.

**88.** As distorções nas demonstrações contábeis podem originar-se de fraude ou erro. O fator distintivo entre fraude e erro está no fato de ser intencional ou não intencional a ação subjacente que resulta em distorção nas demonstrações contábeis. São exemplos de erro e fraude, respectivamente:

- a) erros aritméticos e alteração de registros.
- b) erros aritméticos e interpretação errada das variações patrimoniais.
- c) aplicação incorreta das normas contábeis e interpretação errada das variações patrimoniais.
- d) omissão intencional nas demonstrações contábeis e alteração de registros.
- e) alteração de registros e interpretação errada das variações patrimoniais.

**89.** Controle interno é o processo planejado, implementado e mantido pelos responsáveis pela governança, administração e outros empregados para fornecer segurança razoável quanto à realização dos objetivos da entidade no que se refere à confiabilidade dos relatórios financeiros, efetividade e eficiência das operações e conformidade com leis e regulamentos aplicáveis. Um dos componentes de controle interno é o Ambiente de Controle. No que se refere aos princípios fundamentais subjacentes aos componentes de controle interno, o Ambiente de Controle compreende a avaliação, entre outras, de que a organização

- a) tem compromisso com a integridade e os valores éticos.
- b) considera o potencial de fraude para avaliação dos riscos.
- c) seleciona e desenvolve atividades de controle sobre as inovações tecnológicas.
- d) obtém (ou gera) e usa informações de qualidade.
- e) avalia e comunica as deficiências do controle interno em tempo hábil.

**90.** Risco de auditoria é o risco de que o auditor expresse uma opinião de auditoria inadequada quando as demonstrações contábeis contiverem distorção relevante. O risco de auditoria é uma função dos riscos de distorção relevante e do risco de detecção. Quanto aos tipos de riscos de auditoria, é correto afirmar que

- a) o risco de detecção independe da ação do auditor.
- b) o risco de controle está ligado ao grau de eficácia dos procedimentos conduzidos pelo auditor.
- c) o risco inerente é um risco próprio da natureza da atividade em questão.
- d) o risco de controle é o risco de o auditor não detectar um erro ou fraude.
- e) o risco de detecção se divide em risco de controle e risco inerente.

**91.** O planejamento de auditoria envolve a definição da estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria. A respeito desse assunto, é correto afirmar que

- a) a estratégia global deve ser mais detalhada que o plano de auditoria.
- b) a estratégia global deve incluir a natureza, a época e a extensão dos procedimentos.
- c) os membros-chave da equipe de trabalho não devem ser incluídos na elaboração do plano de auditoria.
- d) a estratégia global deve orientar o desenvolvimento do plano de auditoria.
- e) o auditor não deve discutir elementos do plano de auditoria com a administração da empresa auditada.

**92.** A evidência de auditoria é necessária para sustentar a opinião e o relatório do auditor. Ela é de natureza cumulativa e primariamente obtida a partir de procedimentos de auditoria executados durante o curso da auditoria. A suficiência da evidência de auditoria

- a) é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante, mas não pela qualidade da evidência de auditoria.
- b) ou é afetada pela qualidade da evidência de auditoria, ou pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante, nunca ambos.
- c) é afetada pela qualidade da evidência de auditoria, mas não pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante.
- d) não é afetada nem pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante, nem pela qualidade da evidência de auditoria.
- e) é afetada pela avaliação do auditor dos riscos de distorção relevante e também pela qualidade da evidência de auditoria.

**93.** As NBCs TA exigem que o auditor exerça o julgamento profissional e mantenha o ceticismo profissional ao longo de todo o planejamento e na

execução da auditoria e, entre outras coisas, identifique e avalie os riscos de distorção relevante, independentemente se causados por fraude ou erro, com base no entendimento da entidade e de seu ambiente, inclusive o controle interno da entidade. Nesse contexto, O ceticismo profissional inclui estar alerta, por exemplo, considerando o disposto na NBC TA 200 e correlatas o indicado nas alternativas a seguir, À EXCEÇÃO DE UMA. Assinale-a.

- a) evidências de auditoria que contradigam outras evidências obtidas
- b) informações que coloquem em dúvida a confiabilidade dos documentos e respostas a indagações a serem usadas como evidências de auditoria
- c) condições que possam indicar possível fraude
- d) circunstâncias que sugiram a necessidade de procedimentos de auditoria além dos exigidos pelas NBC TAs
- e) transações rotineiras desenvolvidas por controladas avaliadas pelo método da equivalência patrimonial.

**94.** O planejamento da Auditoria Interna é essencial para a boa realização dos trabalhos relativos a ela. De acordo com a NBC TI 01, esse planejamento

- a) deve ser feito, obrigatoriamente, por auditores diversos daqueles a quem cabe a execução do referido trabalho, para evitar que essa execução seja influenciada pelas diretrizes do planejamento, impedindo que os trabalhos sejam reorientados, sempre que isso for necessário.
- b) não pode demandar mais de 10% do tempo estimado para a realização desses trabalhos.
- c) deve ser documentado apenas nos seus aspectos estritamente essenciais e os programas de trabalho preparados informalmente, sem quaisquer detalhamentos ou pormenorizações, para evitar o engessamento do seu desenvolvimento e as mudanças de roteiro que se fizerem necessárias.
- d) não deve ser realizado, ou deve ser sumariamente interrompido, quando o resultado de análises preliminares seguras projetarem a possível ocorrência de prejuízo financeiro nos três exercícios subsequentes àquele em que o planejamento estiver sendo realizado ou estiver em vias de o ser.
- e) deve considerar os fatores relevantes na execução dos trabalhos, tais como o uso do trabalho de especialistas e o conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados.

**95.** No início de suas atividades de auditoria em uma empresa, um auditor independente, após a leitura dos manuais de utilização dos sistemas de compras da entidade, realizou questionamentos sobre o regime de alçadas e acompanhou o uso desses sistemas na prática, para verificar a eficácia e o desenho da operacionalização dos sistemas. Ele solicitou a um funcionário da empresa auditada que realizasse pedidos de compras fora de sua alçada estipulada nos manuais, para verificar se o sistema exibia algum erro.

Nesse caso, o auditor realizou um teste

- a) de apresentação e divulgação.
- b) de controle.
- c) de detalhes de saldos.
- d) de detalhes de transações.
- e) substantivo.

### CONTABILIDADE GERAL E AVANÇADA

**96.** Analise os itens abaixo referentes às Demonstrações Contábeis:

I – Segundo a Lei n. 6.404/76, a Demonstração do Resultado Abrangente faz parte das demonstrações que devem ser elaboradas pelas sociedades anônimas em geral.

II – O conjunto completo das demonstrações contábeis inclui entre outras demonstrações as notas explicativas, as informações comparativas com o período anterior e o balanço patrimonial do início do período mais antigo.

III – Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas e os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 5% do valor do respectivo grupo de contas. Entretanto, é vedada a utilização de designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas-correntes".

Está(ão) correto(s):

- a) II, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

**97.** A empresa comercial Pampa apresentou, ao final do mês, os saldos contábeis abaixo apresentados:

Contas	R\$
Abatimento sobre compras	500
Compras de mercadorias	7.500
Devolução de compras	700
Devolução de vendas	600
Estoque final	1.500
Estoque inicial	2.000

Frete sobre vendas	450
ICMS a recolher	3.000
ICMS a recuperar	1.250
ICMS sobre vendas	1.500
Vendas de mercadorias	10.000

Considerando as informações acima, pode-se afirmar que o custo da mercadoria vendida e o resultado bruto correspondem, respectivamente, em reais, a:

- a) 6.200,00 e 1.100,00 (lucro)
- b) 6.200,00 e 650,00 (lucro)
- c) 6.800,00 e 650,00 (lucro)
- d) 6.800,00 e 1.100,00 (lucro)
- e) 5.550,00 e 150 (prejuízo)

Atenção: Para responder as questões 98 e 99 utilize as informações abaixo:

Determinada empresa apresentou as seguintes informações sobre a movimentação de seus estoques:

Dia	Transação
2	Compra de 40 unidades a R\$ 200,00 cada uma.
8	Compra de 60 unidades a R\$ 220,00 cada uma.
14	Venda de 90 unidades a R\$ 400,00 cada uma.
24	Compra de 50 unidades a R\$ 240,00 cada uma.

**98.** Se a empresa avaliar seus estoques pelo critério PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai), o Valor do Custo da Mercadoria Vendida corresponderá, em reais, a

- a) 15.000,00
- b) 17.000,00
- c) 19.000,00
- d) 21.000,00
- e) 23.000,00

**99.** Se a empresa avaliar seus estoques pelo critério PEPS (Primeiro que Entra, Primeiro que Sai), o lucro bruto corresponderá, em reais, a

- a) 15.000,00
- b) 23.000,00
- c) 21.000,00
- d) 19.000,00
- e) 17.000,00

**100.** Em 31/12/20X1 uma empresa adquiriu um direito de exploração de uma mina de carvão por R\$ 10.000.000,00 pelo prazo de 20 anos. Ao final desse prazo de exploração, o valor residual para a empresa será de R\$ 1.000.000,00. No final do ano de 20X2 a empresa realizou o teste de redução ao valor recuperável e obteve as seguintes informações sobre a mina:

- Valor em uso da mina  
R\$ 7.950.000,00.
- Valor justo líquido das despesas de venda da mina  
R\$ 7.000.000,00.

Considerando as informações acima descritas, na demonstração do resultado do ano de 20X2, a empresa deveria

- a) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 450.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 600.000,00.
- b) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 450.000,00 e uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.550.000,00.
- c) não reconhecer nenhuma despesa por se tratar de ativo intangível não amortizável.
- d) reconhecer uma despesa de amortização no valor de R\$ 450.000,00, apenas.
- e) reconhecer uma perda por desvalorização no valor de R\$ 1.550.000,00, apenas.

**Instruções: Para responder às questões 101 e 102, considere as informações a seguir:**

Em 31/12/2018, a Cia. Paleteada adquiriu 80% das ações da Cia. Bagual por R\$ 5.800.000,00 à vista. Na data da aquisição, o Patrimônio Líquido da Cia. Bagual era R\$ 6.400.000,00 e o valor justo líquido dos seus ativos e passivos identificáveis era R\$ 6.900.000,00, sendo que a diferença foi decorrente de um ativo intangível com vida útil indefinida registrado pela Cia. Bagual.

No período de 01/01/2019 a 30/06/2019, a Cia. Bagual reconheceu as seguintes mutações em seu Patrimônio Líquido:

- Lucro líquido do primeiro semestre de 2019: R\$ 500.000,00
- Distribuição de dividendos: R\$ 100.000,00
- Ajustes acumulados de conversão de investida no exterior: R\$ 50.000,00 (devedor)

**101.** O valor que a Cia. Paleteada reconheceu no Balanço Patrimonial em Investimentos em Controladas, na data da aquisição, foi, em reais,

- a) 5.200.000,00
- b) 5.300.000,00
- c) 5.800.000,00
- d) 6.400.000,00

e) 6.900.000,00

**102.** No primeiro semestre de 2019, o impacto reconhecido na Demonstração do Resultado da Cia. Paleteada referente ao Investimento que detém na Cia. Bagual foi, em reais,

- a) 350.000,00
- b) 400.000,00
- c) 500.000,00
- d) 550.000,00
- e) 360.000,00

**103.** O Balanço Patrimonial da empresa Guanxuma Verde S.A. apresentava, em 31/12/2017, a conta de registro de provisões com o saldo de R\$ 500.000,00 e a seguinte composição:

Tipo de Processo	Provisão Reconhecida em 31/12/2017 (em R\$)
Trabalhista	100.000,00
Tributário	250.000,00
Ambiental	150.000,00

Em 2018, ocorreram os seguintes fatos:

- a. uma decisão judicial fez com que o valor correspondente ao processo trabalhista fosse revisado para R\$ 150.000,00.
- b. um novo processo previdenciário foi movido contra a empresa no mesmo ano, pelo valor estimado de R\$ 50.000,00.
- c. ao final de 2018 foram reavaliadas as situações dos demais processos.

Considerando esses fatos, em 31/12/2018, a situação era a seguinte:

Tipo de processo	Avaliação da probabilidade de Perda em 31/12/2018	Valor estimado de perda em 31/12/2018 (em R\$)
Trabalhista	Provável	150.000,00
Tributário	Possível	280.000,00
Ambiental	Provável	200.000,00
Previdenciário	Possível	50.000,00

O efeito líquido causado na Demonstração do Resultado de 2018 da empresa Guanxuma Verde S.A., relacionado às provisões apresentadas foi, em reais,

- a) redução de 180.000,00.
- b) aumento de 150.000,00.
- c) redução de 200.000,00.
- d) aumento de 130.000,00.
- e) aumento de 180.000,00.

**104.** A Cia. Querência Xucra possuía em seu estoque um lote de mercadoria e, em 01/12/2018, vendeu 60% desse lote por R\$ 500.000,00 para ser recebido em 30/03/2020. Sabe-se que se o cliente tivesse adquirido as mercadorias à vista teria pago R\$ 450.000,00.

Considerando que não há incidência de qualquer tributo na compra nem na venda das mercadorias e que a taxa de juros cobrada pela empresa foi 1% ao mês, a Cia. Querência Xucra reconheceu na Demonstração do Resultado de 2018, Receita de vendas no valor de

- a) R\$ 450.000,00 e Receita financeira no valor de R\$ 50.000,00.
- b) R\$ 500.000,00 e Receita financeira no valor de R\$ 5.000,00.
- c) R\$ 450.000,00 e Receita financeira no valor de R\$ 4.500,00.
- d) R\$ 500.000,00, apenas.
- e) R\$ 450.000,00, apenas.

**105.** A tabela abaixo apresenta as aplicações financeiras realizadas pela empresa Sentinela do Pago S.A. no dia 01/12/2018.

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2018 (R\$)
100.000,00	31/10/2023	Mensuração ao custo amortizado	2% a.m.	105.000,00
100.000,00	30/09/2021	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1% a.m.	106.000,00
100.000,00	30/06/2020	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	1,5% a.m.	104.000,00

Considerando as características de cada aplicação, bem como a forma de mensuração definida pela empresa para cada uma delas, conforme descrito na tabela, pode-se afirmar que o valor total destas aplicações apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2018, foi, em reais,

- a) 318.500,00.
- b) 318.000,00.
- c) 315.000,00.
- d) 310.000,00.
- e) 312.000,00.

**106.** A Cia. Princesa das Coxilhas S.A. obteve, em 01/12/2018, um empréstimo para financiar a expansão da sua atividade operacional. O valor do empréstimo obtido foi R\$ 5.300.200,00, para pagamento integral (principal e juros) em 01/12/2019 e a taxa de juros compostos negociada foi 2% ao mês. Os custos incorridos e pagos para a obtenção deste empréstimo foram R\$ 300.200,00.

Sabendo-se que este empréstimo é mensurado pelo custo amortizado e que a taxa de custo efetivo é 2,32% a.m., o valor dos encargos financeiros reconhecido na Demonstração do Resultado de 2018, referente a este empréstimo, foi, em reais,

- a) 60.100,00.
- b) 100.000,00.
- c) 116.000,00.
- d) 400.200,00.
- e) 416.200,00.

**107.** A empresa Flor de Especial S.A. adquiriu, em 31/12/2018, uma máquina para utilizar em seu processo produtivo por meio de um arrendamento mercantil financeiro. A operação teve as seguintes características:

- 60 prestações mensais, iguais e consecutivas de R\$ 5.000,00.
- No momento da aquisição, a taxa de juros implícita na operação era de 2% a.m.
- No momento da aquisição, o valor justo das prestações e o valor presente da máquina eram, respectivamente, R\$ 200.000,00 e R\$ 205.000,00.

Com base nessas informações, é correto afirmar que, em 31/12/2018, a empresa reconheceu um ativo

- a) e um passivo no valor de R\$ 205.000,00.
- b) e um passivo no valor de R\$ 200.000,00.
- c) e um passivo no valor de R\$ 300.000,00.
- d) e um passivo no valor de R\$ 205.000,00 e uma despesa financeira no valor de R\$ 5.000,00.
- e) no valor de R\$ 205.000,00, um passivo no valor de R\$ 200.000,00 e uma despesa financeira no valor de R\$ 5.000,00.

Determinada empresa apresentou as seguintes informações financeiras:

Dados do Balanço Patrimonial (R\$)		
	20X2	20X1
Caixa e Equivalentes de Caixa	5.000	5.000
Duplicatas a Receber	40.000	60.000
Estoques	80.000	60.000
Investimentos (longo prazo)	12.000	10.000
Imobilizado	90.000	70.000
Depreciação Acumulada	(30.000)	(30.000)
<b>Total do Ativo</b>	<b>197.000</b>	<b>175.000</b>
Fornecedores	80.000	40.000
Financiamentos (longo prazo)	20.000	50.000
Capital Social	80.000	70.000
Reservas de lucros	5.000	3.000
<b>Total do Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>185.000</b>	<b>163.000</b>

Dados da Demonstração do Resultado do Exercício (R\$)	
	20X2
Receita Bruta de Vendas	200.000
Custo da Mercadoria Vendida	(150.000)
Despesas de Vendas	(15.000)
Despesas Administrativas	(10.000)
Despesas Financeiras	(5.000)
Despesas de Depreciação	(8.000)
IR/CSLL	(1.000)
<b>Lucro Líquido</b>	<b>11.000</b>

**108.** De posse desses dados, ao ser elaborada a Demonstração do Fluxo de Caixa (DFC), o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais soma:

- a) R\$ 51.000,00
- b) R\$ 54.000,00
- c) R\$ 59.000,00

d) R\$ 64.000,00

e) R\$ 70.000,00

Determinada companhia apresentou as seguintes informações referentes ao exercício de 2018:

Receita Bruta de Vendas	R\$ 250.000,00
(-) Impostos sobre vendas	R\$ 45.000,00
(=) Receita Líquida	R\$ 205.000,00
(-) Custo das Mercadorias Vendidas	R\$ 110.000,00
(=) Lucro Bruto	R\$ 95.000,00
(-) Despesas operacionais	
Despesa de depreciação	R\$ 10.000,00
Despesa com salários	R\$ 5.000,00
(=) Lucro antes do IR e CSLL	R\$ 80.000,00
(-) IR e CSLL	R\$ 12.000,00
(=) Lucro Líquido	R\$ 68.000,00

#### Informações adicionais

O valor dos tributos recuperáveis referentes às mercadorias comercializadas no exercício de 2018 foi R\$ 15.000,00;

Além da obrigação assumida com fornecedores, nenhum gasto adicional foi necessário para colocar as mercadorias em condições de serem vendidas.

**109.** Com base na legislação em vigor e na demonstração do resultado do exercício (DRE) de determinada entidade, acima apresentada, pode-se afirmar que o Valor Adicionado a Distribuir gerado pela empresa, no exercício de 2018, foi de

- a) R\$ 115.000,00
- b) R\$ 100.000,00
- c) R\$ 95.000,00
- d) R\$ 125.000,00
- e) R\$ 140.000,00

**110.** De posse das informações da questão anterior, pode-se afirmar que o Valor Adicionado Distribuído pela empresa ao governo foi de

- a) R\$ 57.000,00
- b) R\$ 42.000,00
- c) R\$ 30.000,00
- d) R\$ 48.000,00
- e) R\$ 29.000,00

**111.** Assinale a alternativa que apresenta somente contas com natureza credora.

- a) Adiantamento de clientes; perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa; aluguéis ativos.
- b) Adiantamento a fornecedores; perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa; aluguéis ativos.
- c) Adiantamento a fornecedores; ações em tesouraria; aluguéis passivos.
- d) Adiantamento de clientes; ações em tesouraria; aluguéis ativos.
- e) Adiantamento a fornecedores; aluguéis ativos; adiantamento de clientes.

**112.** Acerca da contabilização de operações, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I – No resgate de uma aplicação financeira acrescida de juros temos um lançamento de 2ª fórmula em que deve ser reconhecida uma receita financeira.

II - Determinada empresa do setor de equipamentos agrícolas efetuou a venda de uma colheitadeira com pagamento à vista e entrega para 60 dias. Nesse caso, é correto afirmar que a empresa deverá registrar uma obrigação pela antecipação do pagamento.

III - Determinada empresa efetuou o pagamento de juros devidos. Nesse caso, deverá registrar um débito em despesas financeiras e um crédito em encargos financeiros a transcorrer.

Está(ão) correto(s):

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

**113.** Sobre a constituição de reservas de lucros, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta:

I – A reserva legal possui a finalidade de assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital. Tal reserva é constituída mediante aplicação de 5% sobre o lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, sendo que não excederá de 20% do capital social.

II – O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, estatutária e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingindo esse limite, a assembleia deliberará sobre aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou na distribuição de dividendos.

III – Um dos requisitos para criação da reserva estatutária, nos termos da legislação societária, é fixar os critérios para determinar a parcela anual

dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição.

Está(ão) correto(s):

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

**114.** A Cia. Galo Cinza apresentou as seguintes informações referentes ao exercício findo em 31/12/2018:

Lucro líquido do exercício 500.000,00

Resultado positivo na equivalência patrimonial 250.000,00

Acréscimo à reserva legal 20.000,00

Reversão de reservas para contingências 15.000,00

Lucro com realização financeira a ocorrer em 20.000,00

Informação Complementar

- O estatuto da Cia. é omissivo com relação ao pagamento de dividendos.

De acordo com o disposto na legislação societária, a Cia. Galo Cinza poderá constituir, nesse exercício, reserva de lucros a realizar no valor de:

- a) R\$ 15.500,00
- b) R\$ 16.000,00
- c) R\$ 17.500,00
- d) R\$ 20.000,00
- e) R\$ 20.500,00

**115.** Sobre a classificação, apresentação e contabilização das contas no patrimônio líquido, analise os itens abaixo e assinale a alternativa correta.

I – A partir da vigência da Lei n. 11.638/07 foi extinta a possibilidade de manutenção e apresentação de saldos a título de Lucros Acumulados no Balanço Patrimonial, mas apenas para o caso das sociedades por ações. Nesse sentido, referida conta deverá ser eliminada dos planos de contas dessas entidades.

II – A apresentação da conta Prejuízos Acumulados no Patrimônio Líquido das companhias só deverá ocorrer se as empresas não mais possuírem reservas de lucros que possam ser utilizadas para absorver tais prejuízos, podendo ainda serem utilizadas para a absorção, as reservas de capital.

III - Uma sociedade anônima, ao contabilizar o reconhecimento de um produto ou de um serviço adquirido em transação com pagamento em ações liquidadas em instrumentos patrimoniais, deve contabilizar em contrapartida a uma conta

do patrimônio líquido denominada opções outorgadas reconhecidas.

Está(ão) correto(s):

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

### LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

**116.** Em relação à tributação dos rendimentos recebidos acumuladamente (RRA), julgue os itens subsequentes como verdadeiros (V) ou falsos (F), e, ao final, assinale a alternativa que indica a sequência correta:

- ( ) Os rendimentos recebidos acumuladamente, quando correspondentes a anos-calendário anteriores ao do recebimento, serão tributados exclusivamente na fonte.
  - ( ) Os rendimentos recebidos acumuladamente, quando correspondentes a anos-calendário anteriores ao do recebimento, serão tributados no mês do recebimento ou crédito, em separado dos demais rendimentos recebidos no mês.
  - ( ) Os rendimentos recebidos acumuladamente quando correspondentes a anos-calendário anteriores ao do recebimento e provenientes do trabalho sofrem a mesma forma de tributação aplicável aos rendimentos provenientes de aposentadoria, pensão, transferência para reserva remunerada ou reforma.
  - ( ) O pagamento dos rendimentos recebidos acumuladamente quando correspondentes a anos-calendário anteriores ao do recebimento somente sofrem tributação na fonte se forem pagos por pessoa jurídica.
- a) V, V, V, F
  - b) V, F, V, F
  - c) F, V, F, V
  - d) F, F, V, V
  - e) V, V, F, F

**117.** Estão dispensados da retenção do IRRF e da tributação na DAA os rendimentos de que tratam os atos declaratórios emitidos pelo Procurador-Geral da Fazenda Nacional com base no art. 19 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, desde que observados os termos dos respectivos atos declaratórios. Aponte abaixo a alternativa que constitui exceção à referida regra:

- a) Rendimentos recebidos a título de Programa de Demissão Voluntária (PDV)
- b) Rendimentos recebidos a título de licença-prêmio não gozada por necessidade do serviço, paga a servidor público em pecúnia

- c) Rendimentos recebidos a título de auxílio-condução, quando pago a oficiais de justiça para recompor as perdas experimentadas em razão da utilização de veículo próprio para o exercício da função pública
- d) Rendimentos recebidos a título de verbas recebidas a título de dano moral.
- e) Rendimentos recebidos a título de terço constitucional de férias gozadas.

**118.** No que concerne às disposições legais relativas ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ consolidadas no Decreto 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda), julgue as alternativas abaixo, para então assinalar a opção correta.

- I) A tributação pelo IRPJ deve ocorrer, sem exceções, tendo como base o regime de competência.
  - II) O lucro real é o lucro líquido do exercício, sendo este o resultado do exercício que remanescer depois de deduzidas as participações estatutárias sobre o lucro.
  - III) Na sistemática de apuração do lucro real, as compensações dos prejuízos fiscais de períodos de apuração anteriores estão limitadas a 30% do saldo de prejuízos fiscais.
  - IV) Em relação à estimativa mensal do IRPJ, quando apurado com base no lucro real, permite-se, em determinadas situações, que a pessoa jurídica suspenda ou reduza o pagamento do valor do imposto mensal.
- a) Apenas I está correta.
  - b) Apenas I e II estão corretas.
  - c) Apenas I, II e IV estão corretas.
  - d) Todas as alternativas estão corretas.
  - e) Apenas IV está correta.

**119.** Os estabelecimentos industriais e os que lhes são equiparados poderão creditar-se, exceto:

- a) do imposto relativo a matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, adquiridos de comerciante atacadista não contribuinte, calculado pelo adquirente, mediante aplicação da alíquota a que estiver sujeito o produto, sobre cinquenta por cento do seu valor, constante da respectiva nota fiscal
- b) do imposto relativo a matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, recebidos de terceiros para industrialização de produtos por encomenda, quando estiver destacado ou indicado na nota fiscal;
- c) do imposto pago no desembaraço aduaneiro;
- d) do imposto relativo a matéria-prima, produto intermediário e material de embalagem, adquiridos para emprego na industrialização de produtos tributados, incluindo-se, entre as matérias-primas e os produtos intermediários, aqueles que, embora não se integrando

ao novo produto, forem consumidos no processo de industrialização, inclusive os compreendidos entre os bens do ativo permanente;

e) do imposto relativo a bens de produção recebidos por comerciantes equiparados a industrial;

**120.** Sobre o valor tributável estabelecido no RIPI, pode-se afirmar que está incorreto o seguinte:

a) constitui valor tributável dos produtos de procedência estrangeira o valor que servir ou que serviria de base para o cálculo dos tributos aduaneiros, por ocasião do despacho de importação, acrescido do montante desses tributos e dos encargos cambiais efetivamente pagos pelo importador ou dele exigíveis;

b) constitui valor tributável dos produtos de procedência estrangeira o valor total da operação de que decorrer a saída do estabelecimento equiparado a industrial;

c) dos produtos nacionais, o valor total da operação de que decorrer a saída do estabelecimento industrial ou equiparado a industrial, acrescido do frete e subtraído das demais despesas acessórias, cobradas ou debitadas pelo contribuinte ao comprador ou destinatário;

d) O valor tributável não poderá ser inferior ao preço corrente no mercado atacadista da praça do remetente quando o produto for destinado a outro estabelecimento do próprio remetente ou a estabelecimento de firma com a qual mantenha relação de interdependência;

e) Ressalvada a avaliação contraditória, decorrente de perícia, o Fisco poderá arbitrar o valor tributável ou qualquer dos seus elementos, quando forem omissos ou não merecerem fé os documentos expedidos pelas partes ou, tratando-se de operação a título gratuito, quando inexistir ou for de difícil apuração o valor do preço corrente do produto ou seu similar, no mercado atacadista da praça do remetente.

**121.** De acordo com o Decreto 7.212/2010 (Regulamento do IPI), considera-se sujeito passivo do IPI, na qualidade de contribuinte os seguintes, exceto:

a) O transportador, em relação aos produtos tributados que transportar, desacompanhados da documentação comprobatória de sua procedência;

b) O importador, em relação ao fato gerador decorrente do desembaraço aduaneiro de produto de procedência estrangeira;

c) O industrial, em relação ao fato gerador decorrente da saída de produto que industrializar em seu estabelecimento, bem como quanto aos demais fatos geradores decorrentes de atos que praticar;

d) O estabelecimento equiparado a industrial, quanto ao fato gerador relativo aos produtos que dele saírem, bem como quanto aos demais fatos geradores decorrentes de atos que praticar;

e) Os que consumirem ou utilizarem em outra finalidade, ou remeterem a pessoas que não sejam empresas jornalísticas ou editoras, o papel destinado à impressão

de livros, jornais e periódicos, quando alcançado pela imunidade constitucional relativa a tais produtos.

**122.** No que se refere aos valores pagos a título de aluguéis de bens imóveis, não entrarão no cômputo do rendimento bruto, exceto:

a) multa por rescisão de contrato de locação;

b) o valor dos impostos, taxas e emolumentos incidentes sobre o bem que produzir o rendimento;

c) o aluguel pago pela locação de imóvel sublocado;

d) as despesas pagas para cobrança ou recebimento do rendimento;

e) as despesas de condomínio.

**123.** A base de cálculo sujeita à incidência mensal do IRRF é determinada mediante a dedução das seguintes parcelas do rendimento tributável, à exceção da seguinte:

a) as importâncias pagas em dinheiro a título de pensão alimentícia em face das normas do direito de família, quando em cumprimento de decisão judicial, inclusive a prestação de alimentos provisionais, de acordo homologado judicialmente, ou de escritura pública;

b) a quantia, por dependente, fixada na legislação tributária;

c) as contribuições para a Previdência Social da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios;

d) as contribuições para as entidades de previdência complementar domiciliadas no Brasil e as contribuições para os Fapi, cujo ônus tenha sido do contribuinte, destinadas a custear benefícios complementares assemelhados aos da Previdência Social, no caso de trabalhador com vínculo empregatício ou de administradores;

e) despesas médicas.

**124.** Considerando as disposições legais relativas ao Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, quanto aos regimes de apuração pelo lucro real, lucro presumido e lucro arbitrado, aponte a alternativa correta.

a) A opção pela tributação pelo lucro presumido será manifestada com o pagamento da primeira ou única quota do imposto devido correspondente ao primeiro período de apuração de cada ano-calendário e poderá ser modificada a partir do terceiro trimestre do ano-calendário.

b) Para efeito de determinação do saldo do IRPJ a pagar ou a ser restituído ou compensado pela pessoa jurídica contribuinte do imposto, a legislação tributária permite deduzir do imposto devido o valor do imposto sobre a renda pago ou retido na fonte, incidente sobre receitas computadas na determinação do lucro real;

c) O lucro arbitrado será determinado obrigatoriamente pelo regime de caixa.

- d) A pessoa jurídica, optante pelo regime de tributação com base no lucro presumido, não poderá adotar o critério de reconhecimento de suas receitas de venda de bens ou direitos ou de prestação de serviços com pagamento a prazo ou em parcelas na medida do recebimento, mantendo a escrituração do livro Caixa.
- e) A pessoa jurídica que, em qualquer trimestre do ano-calendário, tiver seu lucro arbitrado, não poderá optar pela tributação com base no lucro presumido relativamente aos demais trimestres desse ano-calendário, devendo ser obrigatoriamente tributada em relação a tais trimestres com base no lucro real.

**125.** Assinale a alternativa que não completa afirmativa a seguir, nos termos da legislação vigente relativa ao IPI: poderão sair do estabelecimento com suspensão do imposto sobre produtos industrializados:

- a) as matérias-primas, os produtos intermediários e os materiais de embalagem destinados à industrialização, desde que os produtos industrializados sejam enviados ao estabelecimento remetente daqueles insumos.
- b) os produtos remetidos pelo estabelecimento industrial, ou equiparado a industrial, diretamente a exposição em feiras de amostras e promoções semelhantes.
- c) os produtos remetidos pelo estabelecimento industrial, ou equiparado a industrial, a depósitos fechados ou armazéns-gerais, bem como aqueles devolvidos ao remetente.
- d) os produtos que foram industrializados por encomenda, mediante remessa de insumos pelo encomendante com suspensão de IPI, e em cuja operação o executor da encomenda não tenha utilizado produtos de sua industrialização ou importação, forem remetidos ao estabelecimento de origem e desde que sejam por este destinados a comércio ou ao seu consumo.
- e) os produtos remetidos, para industrialização ou comércio, de um estabelecimento industrial ou equiparado a industrial para outro da mesma firma.

### COMÉRCIO INTERNACIONAL E LEGISLAÇÃO ADUANEIRA

**126.** Assinale a alternativa correta acerca das políticas comerciais:

- a) Com a criação da OMC em 1994, passou a existir uma organização internacional destinada a contribuir para a liberalização do comércio internacional, seja por meio da progressiva redução tarifária, seja por meio de um esforço de regulamentação das barreiras não-tarifárias.
- b) No Brasil, a década de 80 ficou marcada como um período de ampla abertura comercial.
- c) O mercantilismo, apesar de defender uma atuação ativa do Estado na economia, baseava-se na abertura comercial focada nas exportações.

d) O mercantilismo ficou caracterizado pela ampla utilização de barreiras comerciais, na forma de barreiras não-tarifárias.

e) Desde as teorias de Adam Smith e David Ricardo, o comércio internacional é considerado o grande motor do desenvolvimento econômico. Nesse sentido, a proteção à indústria nacional estimula a competitividade das empresas.

**127.** Acerca do sistema multilateral de comércio, assinale a alternativa correta:

- a) O sistema multilateral de comércio consiste no conjunto de acordos e regras celebrados no âmbito da OMC e que, hoje, congrega todos os membros das Nações Unidas.
- b) As origens do sistema multilateral de comércio remontam à Conferência de Bretton Woods (1944), ocasião em que foram criados o FMI (Fundo Monetário Internacional), o BIRD (Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento) e a OIC (Organização Internacional do Comércio).
- c) O objetivo da Conferência de Bretton Woods, ocorrida após a Segunda Guerra Mundial, era estabelecer uma nova ordem para regular as relações econômicas internacionais.
- d) A Organização Internacional do Comércio (OIC), criada para administrar e coordenar a aplicação de acordos e regras comerciais, foi sucedida em 1994 pela Organização Mundial do Comércio (OMC).
- e) Não são apenas Estados que participam do sistema multilateral de comércio, que também está aberto aos chamados "territórios aduaneiros".

**128.** Assinale a alternativa correta sobre as Rodadas de Negociação ocorridas no âmbito do GATT e da OMC:

- a) Na Rodada Kennedy (1964-1967), as Partes Contratantes discutiram acerca da possibilidade de aplicação de direitos antidumping, além de terem incluído no GATT regras para o comércio de produtos agrícolas.
- b) A Rodada Doha, primeira Rodada de Negociações após a criação da OMC, ainda não teve avanços significativos. Lançada em 2001, com o nome de "Rodada do Desenvolvimento", a Rodada Doha teve como um de seus maiores avanços a celebração do Acordo de Facilitação de Comércio, classificado como multilateral.
- c) Na Rodada Tóquio (1973-1979), as Partes Contratantes do GATT criaram o SGP e o SGPC, esquemas preferenciais amparados pela Cláusula de Habilitação.
- d) Na Rodada Tóquio (1973-1979), foram celebrados acordos facultativos (plurilaterais) prevendo, inclusive, regras sobre comércio e investimentos.
- e) A Rodada Uruguai (1986-1994), notória pela criação da Organização Mundial do Comércio (OMC), ficou também marcada pela inserção de novos temas na pauta de negociações comerciais internacionais, com

destaque para o comércio de serviços e propriedade intelectual. Todavia, esses “novos temas” foram objeto de acordos plurilaterais, que não vincularam, de imediato, todos os membros da OMC.

**129.** Assinale a alternativa correta sobre os efeitos econômicos e políticos da integração regional:

- a) A eliminação de tarifas no comércio intrabloco causa prejuízos à concorrência entre as empresas dos países-membros do bloco regional.
- b) A formação de um bloco regional tem como efeitos imediatos a ampliação do mercado consumidor e o aumento da concorrência, o que gera economias de escala e estímulos à inovação e ao aumento da competitividade das empresas.
- c) A integração regional gera ganhos de escala e aumento do fluxo comercial intrabloco. Porém, não traz qualquer impacto sobre o fluxo de investimento estrangeiro direto (IED).
- d) A integração regional será benéfica sempre que os efeitos dinâmicos superarem os efeitos estáticos.
- e) Segundo a ótica do “regionalismo aberto”, os blocos regionais são uma alternativa contrária à liberalização do comércio em nível multilateral. Entretanto, a celebração de acordos regionais é, atualmente, a melhor estratégia de inserção internacional para os países.

**130.** Assinale a alternativa correta sobre os resultados alcançados pelo MERCOSUL:

- a) No MERCOSUL, ainda existem diversas exceções ao comércio intrabloco. Dentre elas, podemos elencar as restrições comerciais impostas a bens oriundos de zonas francas e aquelas em vigor no setor automotivo.
- b) Os bens constantes das Listas de Exceções à TEC não circulam livres de tarifas no âmbito do MERCOSUL.
- c) Os países do MERCOSUL aplicam medidas antidumping e medidas compensatórias em conjunto contra terceiros países.
- d) O Mecanismo de Adaptação Competitiva (MAC) representa a possibilidade de aplicação de medidas de salvaguarda entre os membros do MERCOSUL.
- e) O Programa de Liberalização Comercial promoveu a eliminação de barreiras não-tarifárias no âmbito do MERCOSUL.

**131.** Assinale a alternativa correta sobre defesa comercial:

- a) A SECEX tem competência para conceder a um Estado o status de economia de mercado para fins de defesa comercial.
- b) Compete à Secretaria de Comércio Exterior (SECEX) suspender a investigação para produtores ou exportadores para os quais tenha sido homologado compromisso de preços.

c) Quando o produtor e o exportador forem a mesma pessoa o preço de exportação será, preferencialmente, o preço recebido pelo produtor por produto exportado ao Brasil, incluídos os tributos diretamente relacionados com as vendas do produto objeto da investigação.

d) A margem de dumping constitui a diferença entre o valor normal e o preço de exportação. Ela será sempre apurada com base na comparação entre os valores normais e os preços de exportação, comparados transação a transação.

e) Em circunstâncias excepcionais, devidamente justificadas, a SECEX poderá iniciar investigação de ofício, desde que disponha de indícios suficientes da existência de dumping, de dano e de nexo de causalidade entre ambos.

**132.** Assinale a alternativa correta sobre a Convenção de Viena sobre o Contrato de Compra e Venda Internacional de Mercadorias (CVIM):

a) A CVIM foi celebrada no âmbito da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento), sendo instrumento essencial para aumentar a previsibilidade e a segurança jurídica em contratos internacionais de compra e venda de mercadorias.

b) A CVIM é regida pelo princípio do formalismo hermenêutico, segundo o qual o contrato de compra e venda deve ser concluído por escrito e possuir certos requisitos mínimos.

c) Quando um Estado adere à CVIM, todas as empresas com estabelecimento em seu território deverão aplicar as normas previstas na referida convenção.

d) Segundo as regras previstas na CVIM, as partes contratuais podem excluir a aplicação da Convenção de Viena a um contrato de compra e venda, assim como derrogar qualquer de suas disposições ou modificar-lhe os efeitos.

e) A CVIM foi celebrada no âmbito da OMC, sendo fruto de um acordo multilateral firmado pelos membros dessa organização internacional.

**133.** Assinale a alternativa correta sobre o Sistema Harmonizado (SH) e a classificação fiscal de mercadorias:

a) O Sistema Harmonizado (SH) é um sistema racional, pois existem critérios objetivos para a determinação da classificação de mercadorias, além do que a cada mercadoria somente pode ser atribuído um único código tarifário.

b) O Sistema Harmonizado (SH) possui 6 (seis) Regras Gerais de Interpretação (RGIs), as quais podem ser aplicadas na ordem em que o classificador considerar mais eficiente.

c) O Sistema Harmonizado (SH) não pode ser considerado um sistema completo, uma vez que diariamente são criados novos produtos, os quais ainda não possuem classificação fiscal.

- d) No Sistema Harmonizado, todos os produtos são classificados em códigos de 8 (oito) dígitos.
- e) Os produtos de alta complexidade tecnológica não têm classificação no Sistema Harmonizado (SH).

**134.** Assinale a alternativa correta sobre o imposto de importação:

- a) Não constitui fato gerador do imposto de importação a entrada no território aduaneiro de mercadoria à qual tenha sido aplicado o regime de exportação temporária, ainda que descumprindo o regime. O descumprimento da exportação temporária gera multa de 5% do preço normal para o beneficiário do regime.
- b) O imposto de importação incide sobre mercadoria estrangeira que, corretamente descrita nos documentos de transporte, chegar ao País por erro inequívoco ou comprovado de expedição, e que for redestinada ou devolvida para o exterior.
- c) Não haverá incidência do imposto de importação sobre mercadoria estrangeira destruída após o desembarço aduaneiro.
- d) São considerados não-estrangeiros, para fins de incidência do imposto de importação, os equipamentos, as máquinas, os veículos, os aparelhos e os instrumentos, bem como as partes, as peças, os acessórios e os componentes, de fabricação nacional, adquiridos no mercado interno pelas empresas nacionais de engenharia, e exportados para a execução de obras contratadas no exterior, na hipótese de retornarem ao País.
- e) As mercadorias exportadas em consignação e não vendidas no prazo autorizado são consideradas estrangeiras para fins de incidência do imposto de importação.

**135.** Assinale a alternativa correta sobre o ICMS na importação:

- a) Não incide o ICMS importação na operação de arrendamento mercantil internacional, salvo na hipótese de antecipação da opção de compra na medida em que o arrendamento mercantil não implica, necessariamente, transferência de titularidade sobre o bem.
- b) O ICMS incidirá sobre entrada de bem ou mercadoria importados do exterior por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja contribuinte habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade, assim como sobre o serviço prestado no exterior, cabendo o imposto ao Estado onde tiver ocorrido o desembarço aduaneiro.
- c) De acordo com a Súmula n. 661 do Supremo Tribunal Federal, na entrada de mercadoria importada do exterior, é legítima a cobrança do ICMS por ocasião do registro da Declaração de Importação (DI).
- d) Na importação, apenas pessoas jurídicas podem ser contribuintes do ICMS.
- e) A Receita Federal realiza controle de mérito sobre o pagamento do ICMS. Nesse sentido, a mercadoria

somente será entregue pelo depositário ao importador após a confirmação de que o recolhimento do ICMS incidente na importação foi efetuado.

**136.** Assinale a alternativa correta sobre o regime aduaneiro especial de drawback:

- a) Parte das mercadorias admitidas no regime aduaneiro especial de drawback, na modalidade de suspensão, poderão ser destinadas ao mercado interno, mediante despacho para consumo.
- b) O drawback integrado suspensão é o regime aduaneiro especial por meio da qual são importadas e adquiridas no mercado interno, com suspensão tributária, mercadorias equivalentes àquelas utilizadas no processo produtivo de um bem já exportado.
- c) Em razão do princípio da vinculação física, as mercadorias importadas ou adquiridas no mercado interno com suspensão tributária pela aplicação do regime de drawback não podem ser substituídas por outras mercadorias equivalentes.
- d) Não há exigência de Termo de Responsabilidade para o desembarço aduaneiro de mercadoria admitida no regime aduaneiro especial de drawback.
- e) Os atos concessórios de drawback poderão ser deferidos, a critério da Secretaria de Comércio Exterior, levando-se em conta a agregação de valor e o resultado da operação. A comprovação do regime poderá ser realizada com base no fluxo físico, por meio de comparação entre os volumes de importação e de aquisição no mercado interno em relação ao volume exportado, considerada, ainda, a variação cambial das moedas de negociação.

**137.** Assinale a alternativa correta sobre o regime aduaneiro especial de entreposto aduaneiro:

- a) O regime especial de entreposto aduaneiro na importação é o que permite a armazenagem de mercadoria estrangeira em recinto alfandegado de uso público, com suspensão do pagamento dos tributos federais. Não se admite que o entreposto aduaneiro seja operado em recinto alfandegado de uso privativo.
- b) É beneficiário do regime de entreposto aduaneiro na importação o importador.
- c) Para a extinção do regime de entreposto aduaneiro, o beneficiário deverá, tão logo acabe o prazo da suspensão tributária, providenciar o despacho para consumo.
- d) É permitida a admissão no regime de entreposto aduaneiro de mercadoria importada com ou sem cobertura cambial.
- e) O entreposto aduaneiro na exportação, quando operado por empresa comercial exportadora, terá vigência de 1 ano, prorrogável por igual período.

**138.** Assinale a alternativa correta sobre bagagem de viajantes:

- a) No Brasil, adotou-se o Regime Aduaneiro de Bagagem do MERCOSUL, que prevê a inclusão, no conceito de bagagem, dos veículos automotores em geral. Esses veículos poderão ingressar no País ao amparo do regime de admissão temporária.
- b) Estão incluídos no conceito de bagagem os bens de uso e consumo pessoal, mesmo que tenham finalidade comercial.
- c) São considerados bagagem os bens novos ou usados que um viajante, em compatibilidade com as circunstâncias de sua viagem, puder destinar para seu uso ou consumo pessoal, bem como para presentear, sempre que, pela sua quantidade, natureza ou variedade, não permitirem presumir importação com fins comerciais ou industriais.
- d) Bagagem acompanhada é a que o viajante trazer consigo, no mesmo meio de transporte em que viaje, desde que amparada por conhecimento de carga ou documento equivalente.
- e) Para fins de aplicação das regras de bagagem, são bens de uso ou consumo pessoal: os artigos de vestuário, higiene e outros bens, até o limite de US\$ 500,00 de isenção.

**139.** Assinale a alternativa correta sobre valoração aduaneira:

- a) As mercadorias importadas, com exceção daquelas admitidas temporariamente, devem ser submetidas ao controle do valor aduaneiro
- b) Quando o transporte for gratuito ou prestado pelo próprio importador, o frete até o porto de destino não precisa ser incluído no valor aduaneiro.
- c) No caso de importação realizada ao amparo de regimes aduaneiros especiais, as mercadorias somente estarão sujeitas ao controle do valor aduaneiro no momento da admissão no regime.
- d) O valor aduaneiro de suporte físico que contenha dados ou instruções para equipamento de processamento de dados será determinado considerando-se o custo ou valor do suporte propriamente dito e o valor dos serviços prestados na elaboração do software.
- e) No caso de avaria, o valor aduaneiro da mercadoria será reduzido proporcionalmente ao prejuízo, para efeito de cálculo do imposto, a pedido do interessado.

**140.** Assinale a alternativa correta sobre a representação fiscal para fins penais:

- a) O Auditor-Fiscal da Receita Federal, ao constatar a prática do crime de descaminho, poderá efetuar representação fiscal para fins penais.
- b) A Representação Fiscal para Fins Penais não precisa ser instruída com provas materiais do ilícito penal, uma

vez que estas serão apresentadas apenas na fase do inquérito.

- c) Não compete à autoridade fiscal efetuar representação fiscal para fins penais no caso de crimes contra a Administração Pública Federal.
- d) A Representação Fiscal para Fins Penais relativa aos crimes contra a ordem tributária será encaminhada ao Ministério Público após ter sido proferida a decisão final administrativa, no processo fiscal.
- e) Na hipótese de concessão de parcelamento do crédito tributário, a representação fiscal para fins penais somente poderá ser encaminhada ao Ministério Público antes da exclusão da pessoa física ou jurídica do parcelamento.

**QUESTÃO DISCURSIVA**

A Sociedade ABC decidiu adquirir 100% das ações da Sociedade XYZ no dia 30 de dezembro de 2017 por R\$40.000,00. Os acionistas da Sociedade XYZ são: Sociedade A (70% das ações), domiciliada no Brasil, pessoa física B (10% das ações), residente na França e (iii) pessoa física C (20% das ações), residente no Brasil. O pagamento será feito à vista. O balanço da sociedade ABC apresentou, ao final do exercício passado, o seguinte quadro:

Empresa XYZ: situação em 30.12.18			
Ativo		Passivo	
ATIVO CIRCULANTE	5.000	PASSIVO CIRCULANTE	1.900
Caixa e equivalente de caixa	2.600	Fornecedores	1.700
Contas a receber	2.250	ICMS a recolher	100
ICMS a recuperar	50	Provisão de IRPJ/CSLL	100
Estoque	100		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	7.000	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.100
Imobilizado	7.000	Contas a pagar	1.100
		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.000
		Capital social	8.600
		Reserva de lucros	400
Total do Ativo	12.000	Total do Passivo + PL	12.000

(valores em múltiplos de R\$ 1.000)

O investimento direto inicial da Sociedade A nas ações da Sociedade ABC foi realizado em 2017, mediante subscrição e integralização de R\$ 5,0 milhões em dinheiro, correspondentes a 70% das ações da empresa XYZ. Não houve aquisição de participação adicional, novos aportes ou capitalização de lucros ou reservas.

O investimento direto inicial da pessoa física B foi realizado em 2017, com registro no BACEN equivalente a R\$ 1,0 milhões. A França não é um país considerado de tributação favorecida.

O investimento direto inicial feito pela pessoa física C foi realizado em 2017: subscrição e integralização de R\$ 2,0 milhões em dinheiro, correspondentes a 20% das ações da empresa XYZ. Tal é o valor presente em sua DIRPF.

**Dada a situação, pede-se:**

Qual é a tributação de sobre o ganho de capital de cada alienante? (Considere os seguintes tributos: IRPF, IRPJ, CSLL, PIS/COFINS)

**Dados auxiliares:**

IRPJ (quando aplicável): alíquotas de 15%, acrescidas de 10% sobre o que ultrapassar o limite de R\$240.000,00 por ano.

CSLL (quando aplicável): alíquotas de 9%.

IRPF/IRRF em ganho de capital (progressiva, quando aplicável):

Alíquota	Ganho de capital
15%	Até R\$5.000.000,00
17,5%	Acima de R\$5.000.000,00 e até R\$10.000.000,00
20%	Acima de R\$10.000.000,00 e até R\$30.000.000,00
22,5%	Acima de R\$30.000.000,00

PIS/COFINS (quando aplicável):

- Regime não cumulativo: consolidado de 3,65%

- Regime cumulativo: consolidado de 9,25%, permitido o aproveitamento de créditos

**FOLHA DE RESPOSTA PARA REDAÇÃO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Preencha o Gabarito!

<https://estr.news/Simulado-ReceitaFederal-07-07>

### ***Não é assinante?***

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no banner!*

<https://www.estrategiaconcursos.com.br/assinaturas/>



**ASSINATURA  
ILIMITADA**

**ESTUDE PARA QUALQUER CONCURSO\*  
SEM PREOCUPAÇÃO**

**1 ANO**  
12x R\$ 199,97

**2 ANOS**  
12x R\$ 333,97

\*VERIFICAR CONDIÇÕES NO SITE